



FUNDAÇÃO FLORESTAL

Governo do Estado de São Paulo
Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de
São Paulo
DAF/Setor de Licitações e Compras-SLC

EDITAL

Nº do Processo: 262.00004982/2024-21

Interessado: Gerencia Administrativa - GA

Assunto: Contratação de Seguro para Veículos

PREGÃO ELETRÔNICO

9015/2024

CONTRATANTE (UASG)
(261101)

OBJETO

Contratação de serviços de seguro compreensivo para 238
(duzentos e trinta e oito) veículos oficiais.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
Sigiloso

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26/07/2024 às 08:00hs (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS NÃO

Sumário

- [1. DO OBJETO](#)
- [2. DO REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)
- [4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)
- [5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)
- [6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)
- [7. DA FASE DE JULGAMENTO](#)
- [8. DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)
- [9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA](#)
- [11. DOS RECURSOS](#)
- [12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)
- [13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)
- [14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

FUNDAÇÃO FLORESTAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2024.

(Processo Administrativo nº 262.00004982/2024-21)

Torna-se público que o(a) Fundação Para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, por meio do(a) Setor de Licitações sediado(a) Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345, Prédio 12 - 1º Andar – Alto de Pinheiros, São Paulo/SP - CEP: 05459-010 realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

- Decreto n.º 67.495, de 17 de fevereiro de 2023 - Institui a Comissão Especial de Transição das Leis federais n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para a Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

- Decreto n.º 67.689, de 03 de maio 2023 - Regulamenta o inciso VII do artigo 12 da Lei federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual no âmbito da Administração Pública direta e autárquica;

- Decreto n.º 67.885, de 15 de agosto de 2023 - Dispõe sobre o regime de transição de que trata o artigo 191 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo;

- Decreto n.º 67.888, de 17 de agosto de 2023 - Regulamenta o § 1º do artigo 23 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento administrativo de definição do valor estimado para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica;

- Decreto n.º 67.985, de 27 de setembro de 2023 - Regulamenta o disposto no artigo 20 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e veda a aquisição de bens e a contratação de serviços enquadrados na categoria de luxo, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo;

- Decreto n.º 68.017, de 11 de outubro de 2023 - Dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares - ETP para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, nos termos da Lei federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo;

- Decreto n.º 68.021, de 11 de outubro de 2023 - Institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, nos termos do inciso II do artigo 19 da Lei federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.;

- Decreto n.º 68.185, de 11 de dezembro de 2023 - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR para a aquisição de bens e a contratação de serviços, nos termos da Lei federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo;

- Decreto n.º 68.220, de 15 de dezembro de 2023 - Regulamenta o § 3º do artigo 8º da Lei federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, para disciplinar a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação, dos gestores e dos fiscais de contratos, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de serviços de seguro compreensivo para 238 (duzentos e trinta e oito) veículos oficiais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o grupos objeto da licitação a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº](#)

[123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento .

4.1.1. As disposições deste Edital que tratam especificamente da forma de realização da fase de habilitação são aplicáveis na hipótese em que a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento (caso assim definido no item 4.1), se ausente previsão expressa em sentido diverso. Como exceção a essas disposições, na hipótese em que seja adotado procedimento com fase de habilitação antecedente (caso assim definido no item 4.1), segue-se disciplina específica neste Edital conforme disposições que contêm previsão expressa de aplicação a essa última hipótese.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos na subdivisão acima, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), admitindo-se que a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira seja substituída pelo registro cadastral no Sicafe, e observado o disposto no inc. III do art. 63 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos

estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.5.1 e 4.5.2 subsequentes](#).

4.5.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos [§§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

4.5.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do [§ 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.5.1 ou no item 4.5.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.5.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.5.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa).

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 a 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente) quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a subdivisão acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando definido no início deste Edital o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do grupo;

5.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.9.1. Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos na subdivisão acima.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor peço ou maior desconto, respectivamente).

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

GRUPO	INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA DE VALORES ENTRE OS LANCES
1	R\$ 1.000,00(um mil reais)

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos.

Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto na subdivisão acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata a subdivisão anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas nas duas subdivisões anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital), em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas na subdivisão acima, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo

superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento estabelecido no início deste Edital), o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.23. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), legislação correlata e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP

(<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta ao cadastro CNICAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.4.1. O disposto nos itens 7.4 e 7.6.2 será excepcionado se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação, nos termos do item 8, antes de se realizar a fase de julgamento.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.5 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral (não definidos como serviços de engenharia), serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta

por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Caso seja definido pela documentação que integra este Edital que o regime de execução será contratação por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.9.2. Caso seja definido pela documentação que integra este Edital que o regime de execução será empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme documentação e planilha anexadas a este Edital.

7.9.3. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto na subdivisão subsequente.

7.9.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do pregoeiro, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra (sejam serviços em geral ou de engenharia), além das disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:

7.10.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo deste Edital.

7.10.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

7.10.3. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, informa-se que foi(ram) utilizado(s) o(s) seguinte(s) acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

a) Esta subdivisão não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra.

7.10.3.1. O(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) indicado(s) na subdivisão acima não são de utilização obrigatória pelos fornecedores, tendo em vista que a definição do(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) adequado(s) a cada fornecedor depende do enquadramento sindical a ele aplicável nos termos da

legislação vigente. Ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas aos quais o Contratado estiver vinculado nos termos da legislação vigente.

7.10.4. É vedado ao licitante incluir na planilha de custos e formação de preços:

a) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, § 1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));

b) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 135, § 2º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.10.5. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10.6. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.

7.10.7. O licitante vencedor deverá indicar os sindicatos, acordo(s) coletivo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que regem a(s) categoria(s) profissional(is) que executará(ão) o serviço e a(s) respectiva(s) data(s)-base(s) e vigência(s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

7.10.8. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

7.10.9. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (sejam serviços em geral ou de engenharia), cuja produtividade seja mensurável e indicada na documentação que integra este Edital, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.10.9.1. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não esteja contida na faixa referencial de produtividade, mas seja admitida pelo Edital, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

7.10.9.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.10.9.3. Para efeito da subdivisão anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pelo licitante, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços ou outra

espécie de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.13.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso seja estabelecida a exigência de apresentação de amostra(s) ou de execução de prova de conceito na documentação que integra este Edital como Anexo considerando o objeto da licitação, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) ou para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida no Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15.3. Caso se trate de exigência de apresentação de amostra(s), se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.15.4. Caso se trate de exigência de execução de prova de conceito, não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.15.4.1. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante

cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na prova de conceito.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio no item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique

incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.9.2. O disposto nos itens 8.9.1 e 8.13 será excepcionado se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital), observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.3.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.2. O disposto no item 8.10 será excepcionado se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que a verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos ocorrerá em relação a todos os licitantes, respeitada a exceção do item 8.10.1.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na

hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, quando a fase de habilitação já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.17. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação (esta última não aplicável a licitações para registro de preços) encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. em exceção ao disposto no item 11.3.3, se for definido no item 4.1 que a fase de

habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico licitacoes@fflorestal.sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preço (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no

âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou assinar a ata de registro de preços (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de

aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacoes@fflorestal.sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) endereço(s) eletrônico(s) na Internet “compras.gov.br”, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. Caso o item 1 não defina licitação para registro de preços, a disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra

este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado

com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://fflorestal.sp.gov.br/editais/editais-de-licitacao/editais-de-pregao-eletronico/>.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo - A Lista de Veículos

14.15.1.2. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.15.3. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.15.4. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

São Paulo, na data da assinatura digital.

Rodrigo Levkovicz
Diretor Executivo
Autoridade Competente

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Vide o(s) arquivo(s) específico(s) em que se encontra o conteúdo deste Anexo (especificado no item 14 deste Edital).

O download desse documento poderá ser feito no site da Fundação Florestal ou junto a publicação constante do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP nos links abaixo:

Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Fundação Florestal

<https://fflorestal.sp.gov.br/editais/editais-de-licitacao/editais-de-pregao-eletronico/>

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Vide o arquivo específico em que se encontra o conteúdo deste Anexo (especificado no item 14 deste Edital).

O download desse documento poderá ser feito no site da Fundação Florestal ou junto a publicação constante do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP nos links abaixo:

Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

ANEXO III

ANEXO IV.1

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

GRUPO 1								
Item	Cadmat	Especificação detalhada do produto	Unidade	Início Vigência	Período Vigência da apólice	Qtde Total	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	22764	Serviço de Seguro de Veículos - Automóvel – Compreensivo, conforme especificação constante do Anexo I -Termo de Referência (TR)	Unidade	00:00 horas 16/08/2024	12 meses	158	R\$	R\$
2			Unidade	00:00 horas 01/11/2024	09 meses e 16 dias	80	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO GRUPO						238	R\$	R\$

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses de acordo com o item 5, do Anexo I – Termo de Referência.

Declaro, sob as penas da lei, que o objeto ofertado atende a todas as especificações exigidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

Declaro que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Anexo

ANEXO IV.2 - MODELO DE PLANILHA DETALHADA POR VEÍCULO

Seq	Placa	Modelo	Tipo	Ano	Valor Franquia	Valor Total
1	AUI-2E25	GOL 1.6	AUTOMOVEL	2011	2.462,40	R\$
2	BLE-6232	L200 - TRITON SPT GL	CAMINHONETE	2018	7.696,80	R\$
3	BMK-2734	MONTANA LS	AUTOMOVEL	2019	2.635,20	R\$
4	BMR-9253	MONTANA LS	AUTOMOVEL	2019	2.635,20	R\$
5	BQU-6426	MONTANA LS	AUTOMOVEL	2019	2.635,20	R\$
6	BRT-9181	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.953,60	R\$
7	BRZ-3913	709	CAMINHAO	1995	4.282,80	R\$
8	BRZ-4009	7.100	CAMINHAO	1995	3.609,60	R\$
9	BRZ-4256	KOMBI	CAMINHONETE	1995	2.572,80	R\$
10	BRZ-4874	12.140 H	CAMINHAO	1995	3.609,60	R\$
11	BRZ-4974	7.100	CAMINHAO	1995	3.609,60	R\$
12	BRZ-5847	BANDEIRANTE	CAMINHONETE	1995	3.901,20	R\$
13	BSV-2916	D40 CUSTOM	CAMINHAO	1989	2.728,80	R\$
14	BSV-8897	CHEVROLET	CAMINHAO	1976	13.148,40	R\$
15	BVZ-0215	310D SPRINTERM	MICROONIBUS	1997	3.528,00	R\$
16	BVZ-0219	F1000 4X4 TURBO XL	CAMINHONETE	1997	3.576,00	R\$
17	BVZ-0227	F4000 TURBO 4BT	CAMINHAO	1997	5.026,80	R\$
18	BVZ-6074	D40 CUSTOM	CAMINHAO	1989	2.728,80	R\$
19	BVZ-6513	RANGER 13D	CAMINHONETE	1998	4.621,20	R\$
20	BVZ-6612	CHEVROLET D40 CUSTOM	CAMINHAO	1989	2.728,80	R\$
21	BWX-9913	MONTANA LS	AUTOMOVEL	2019	2.635,20	R\$
22	BXZ-9814	MONTANA LS	AUTOMOVEL	2019	2.635,20	R\$
23	BZF-5B62	FRONTIER ATK 4X4	CAMINHONETE	2021	8.064,00	R\$
24	CDV-1141	DEFENDER 90 CSW	CAMINHONETE	2001	6.771,60	R\$
25	CDV-1314	L200 4X4 L	CAMINHONETE	2001	5.362,80	R\$
26	CDV-1814	S10 2.8 D 4X4	CAMINHONETE	2000	3.924,00	R\$
27	CDV-1815	S10 2.8 D 4X4	CAMINHONETE	2000	3.924,00	R\$
28	CDV-2500	13150 - CARROCERIA	CAMINHAO	2000	5.941,20	R\$
29	CFZ-5671	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.953,60	R\$
30	CJH-5E67	FRONTIER ATK 4X4	CAMINHONETE	2021	8.064,00	R\$
31	CMW-0136	13.180	CAMINHAO	2002	5.941,20	R\$
32	CMW-0169	RANGER XL 13F	CAMINHONETE	2002	4.621,20	R\$
33	CMW-0195	L200 4X4 L	CAMINHONETE	2002	5.362,80	R\$
34	CMW-0202	L200 4X4 L	CAMINHONETE	2002	5.362,80	R\$
35	CMW-0544	L200 4X4 L	CAMINHONETE	2002	5.362,80	R\$
36	CMW-1452	13.180	CAMINHAO	2003	5.941,20	R\$
37	CMW-3557	L200 4X4 L	CAMINHONETE	2004	5.362,80	R\$
38	CMW-3558	L200 SPORT 4X4 HPE	CAMINHONETE	2004	5.362,80	R\$
39	CMW-3565	BOXER 16 LUG	MICROONIBUS	2004	4.196,40	R\$
40	CMW-3566	SAVEIRO 1.6	AUTOMOVEL	2004	2.778,00	R\$

41	CMW-3570	PARATI 1.6 CITY	AUTOMOVEI	2004	2.536,80	R\$
42	CMW-3574	F12000 160	CAMINHÃO	2004	4.022,40	R\$
43	CMW-3964	13.180	CAMINHÃO	2005	5.941,20	R\$
44	CMW-9037	L200 4X4 GL	CAMINHONETE	2005	5.362,80	R\$
45	CRX-1761	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.953,60	R\$
46	CSP-6682	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.953,60	R\$
47	CUF-5223	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2021	10.953,60	R\$
48	CUH-6998	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2021	10.953,60	R\$
49	CUM-8535	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2021	10.953,60	R\$
50	CXJ-0549	PARATI 1.6	AUTOMOVEI	2006	2.536,80	R\$
51	CXJ-0553	L200 4X4 GL	CAMINHONETE	2006	5.362,80	R\$
52	CYE-4173	S10 COLINA D 4X4	CAMINHONETE	2005	3.924,00	R\$
53	CYE-4874	GOL SPECIAL	AUTOMOVEI	2005	2.404,80	R\$
54	CYX-7554	L200 4X4 GL	CAMINHONETE	2007	5.362,80	R\$
55	CYX-7571	L200 4X4 GL	CAMINHONETE	2007	5.362,80	R\$
56	DAS-2951	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.953,60	R\$
57	DEB-8569	RANGER XL 13D	CAMINHONETE	2001	4.621,20	R\$
58	DFG-4329	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.953,60	R\$
59	DFY-5J91	TORO ENDURANCE	CAMINHONETE	2022	5.052,00	R\$
60	DGB-0124	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.953,60	R\$
61	DHH-8777	MONTANA CONQUEST	AUTOMOVEI	2006	2.506,80	R\$
62	DJL-1738	PÁLIO WEEKEND ADV	AUTOMOVEI	2010	2.794,80	R\$
63	DJL-5227	PALIO ESSENCE	AUTOMOVEI	2010	2.200,80	R\$
64	DJL-5233	DUCATO	MICROONIBUS	2010	5.606,40	R\$
65	DJL-5259	L200	CAMINHONETE	2010	5.362,80	R\$
66	DJL-7945	PARATI 1.6	AUTOMOVEI	2011	2.536,80	R\$
67	DJL-7946	PARATI 1.6	AUTOMOVEI	2011	2.536,80	R\$
68	DJL-7949	PARATI 1.6	AUTOMOVEI	2011	2.536,80	R\$
69	DJL-7951	PARATI 1.6	AUTOMOVEI	2011	2.536,80	R\$
70	DJL-7954	PARATI 1.6	AUTOMOVEI	2011	2.536,80	R\$
71	DJL-7955	PARATI 1.6	AUTOMOVEI	2011	2.536,80	R\$
72	DJL-7964	PARATI 1.6	AUTOMOVEI	2011	2.536,80	R\$
73	DJL-8658	MONTANA	AUTOMOVEI	2011	2.635,20	R\$
74	DJL-8726	L200	CAMINHONETE	2011	5.362,80	R\$
75	DJL-8731	PARATI	AUTOMOVEI	2011	2.536,80	R\$
76	DJL-8733	MONTANA	AUTOMOVEI	2011	2.635,20	R\$
77	DJL-8736	TRANSIT 350L BUS	MICROONIBUS	2011	4.899,60	R\$
78	DJL-8737	PARATI	AUTOMOVEI	2011	2.536,80	R\$
79	DJL-8748	MONTANA	AUTOMOVEI	2011	2.635,20	R\$
80	DJL-8760	PARATI	AUTOMOVEI	2011	2.536,80	R\$
81	DJL-8784	SANDERO	AUTOMOVEI	2011	2.860,80	R\$
82	DJL-8791	SANDERO	AUTOMOVEI	2011	2.860,80	R\$
83	DJL-8811	SANDERO	AUTOMOVEI	2011	2.860,80	R\$
84	DJL-9280	GOL	AUTOMOVEI	2011	2.462,40	R\$
85	DJL-9304	GOL	AUTOMOVEI	2011	2.462,40	R\$
86	DJL-9305	GOL	AUTOMOVEI	2011	2.462,40	R\$
87	DJL-9308	HILUX	CAMINHONETE	2011	8.164,80	R\$
88	DJL-9311	GOL	AUTOMOVEI	2011	2.462,40	R\$
89	DJL-9317	GOL	AUTOMOVEI	2011	2.462,40	R\$
90	DJL-9321	HILUX	CAMINHONETE	2011	8.164,80	R\$
91	DJL-9322	HILUX	CAMINHONETE	2011	8.164,80	R\$
92	DJM-2B67	PALIO	AUTOMOVEI	2012	2.794,80	R\$
93	DJM-4416	GOL	AUTOMOVEI	2012	2.404,80	R\$

94	DJM-4431	S10 LS DD4	CAMINHONETE	2012	5.780,40	R\$
95	DJM-6045	S10	CAMINHONETE	2013	4.314,00	R\$
96	DJP-0129	MONTANA CONQUEST	CAMINHONETE	2006	2.506,80	R\$
97	DJP-0131	S10 COLINA D 4X4	CAMINHONETE	2005	3.924,00	R\$
98	DJP-1784	PARATI	AUTOMOVEL	2006	2.536,80	R\$
99	DJP-1798	GOL	AUTOMOVEL	2006	2.404,80	R\$
100	DJP-1820	BOXER	MICROONIBUS	2006	4.196,40	R\$
101	DJP-1906	PARATI	AUTOMOVEL	2008	2.536,80	R\$
102	DJP-1130	S10	CAMINHONETE	2006	3.924,00	R\$
103	DJP-2474	FIORINO	CAMINHONETE	2006	2.241,60	R\$
104	DJP-2487	ECOSPORT XL 1.6	CAMINHONETE	2006	3.184,80	R\$
105	DJP-3246	ECOSPORT 4WD 2.0L	CAMINHONETE	2006	3.184,80	R\$
106	DJP-4519	GOL	AUTOMOVEL	2006	2.404,80	R\$
107	DJP-4521	PARATI	AUTOMOVEL	2006	2.536,80	R\$
108	DJP-4527	GOL	AUTOMOVEL	2006	2.404,80	R\$
109	DJP-4555	PARATI	AUTOMOVEL	2006	2.536,80	R\$
110	DJP-4565	PARATI	AUTOMOVEL	2006	2.536,80	R\$
111	DJP-4699	CHEVROLET / TANQUE	CAMINHAO	1988	6.594,00	R\$
112	DJP-6463	PÁLIO WEEKEND ADV	AUTOMOVEL	2008	2.794,80	R\$
113	DJP-6466	PARATI 1.6	AUTOMOVEL	2008	2.536,80	R\$
114	DJP-6647	PARATI 1.8	AUTOMOVEL	2007	2.536,80	R\$
115	DJP-6966	S10 COLINA D 4X4	CAMINHONETE	2007	3.924,00	R\$
116	DJP-7681	PÁLIO WEEKEND ADV	AUTOMOVEL	2008	2.794,80	R\$
117	DJP-7686	PÁLIO WEEKEND ADV	AUTOMOVEL	2008	2.794,80	R\$
118	DJP-7687	PÁLIO WEEKEND ADV	AUTOMOVEL	2008	2.794,80	R\$
119	DJP-7693	PÁLIO WEEKEND ADV	AUTOMOVEL	2008	2.794,80	R\$
120	DJP-7705	PÁLIO WEEKEND ADV	AUTOMOVEL	2008	2.794,80	R\$
121	DJP-7707	PÁLIO WEEKEND ADV	AUTOMOVEL	2008	2.794,80	R\$
122	DJP-7718	PÁLIO WEEKEND ADV	AUTOMOVEL	2008	2.794,80	R\$
123	DJP-7753	PÁLIO WEEKEND ADV	AUTOMOVEL	2008	2.794,80	R\$
124	DJP-7759	PÁLIO WEEKEND ADV	AUTOMOVEL	2008	2.794,80	R\$
125	DJP-7764	PÁLIO WEEKEND ADV	AUTOMOVEL	2008	2.794,80	R\$
126	DJP-7786	PÁLIO WEEKEND ADV	AUTOMOVEL	2008	2.794,80	R\$
127	DJP-7787	PÁLIO WEEKEND ADV	AUTOMOVEL	2008	2.794,80	R\$
128	DJP-8024	PARATI	AUTOMOVEL	2008	2.536,80	R\$
129	DJP-8532	RANGER	CAMINHONETE	2008	4.621,20	R\$
130	DJP-8534	RANGER	CAMINHONETE	2008	4.621,20	R\$
131	DJP-8536	RANGER	CAMINHONETE	2008	4.621,20	R\$
132	DJP-8538	RANGER	CAMINHONETE	2008	4.621,20	R\$
133	DJP-8540	RANGER	CAMINHONETE	2008	4.621,20	R\$
134	DKE-8624	15.180 EURO3 WORKER	CAMINHAO	2008	6.447,60	R\$
135	DPC-4D37	FRONTIER ATK 4X4	CAMINHONETE	2021	8.064,00	R\$
136	DPX-6G37	GOL	AUTOMOVEL	2018	2.550,00	R\$
137	DRI-5G04	FRONTIER ATK 4X4	CAMINHONETE	2021	8.064,00	R\$
138	DRL-3465	KOMBI	CAMINHONETE	2005	2.701,20	R\$
139	DRR-2172	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.953,60	R\$
140	DUU-8893	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.953,60	R\$
141	DWE-5866	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.953,60	R\$
142	DWE-7382	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.953,60	R\$
143	DXD-9519	RANGER XLS 13P	CAMINHONETE	2006	4.621,20	R\$
144	DZH-0429	KOMBI	CAMINHONETE	2007	2.572,80	R\$
145	DZK-1989	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.953,60	R\$
146	DZR-8195	FRONTIER ATK 4X4	CAMINHONETE	2021	8.064,00	R\$

147	EEF-0238	PARATI	AUTOMOVEL	2009	2.536,80	R\$
148	EEF-6985	CORSA HATCH	AUTOMOVEL	2009	2.018,40	R\$
149	EEF-7106	PARATI	AUTOMOVEL	2009	2.536,80	R\$
150	EEF-7541	RANGER XL 13P	CAMINHONETE	2009	4.621,20	R\$
151	EEF-8105	DUCATO	MICROONIBUS	2009	5.107,20	R\$
152	EEF-8112	STRADA	CAMINHONETE	2009	3.258,00	R\$
153	EEF-8114	FIESTA	AUTOMOVEL	2009	2.398,80	R\$
154	EFI-1C93	FRONTIER ATK 4X4	CAMINHONETE	2021	8.064,00	R\$
155	EFL-1864	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.953,60	R\$
156	EIP-5352	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.953,60	R\$
157	EJD-5572	15.180 EURO3 WORKER	CAMINHAO	2009	6.447,60	R\$
158	EJD-7616	HILUX CD4X4	CAMINHONETE	2009	8.113,20	R\$
159	EMD-3782	MONTANA LS	CAMINHONETE	2019	2.635,20	R\$
160	ENG-5679	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.953,60	R\$
161	EOB-4065	RANGER	CAMINHONETE	2011	4.621,20	R\$
162	EOM-7098	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.953,60	R\$
163	EON-0275	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.953,60	R\$
164	EVE-2518	GOL	AUTOMOVEL	2013	2.619,60	R\$
165	EXU-3I27	FRONTIER ATK 4X4	CAMINHONETE	2021	8.064,00	R\$
166	FBM-4725	L200	CAMINHONETE	2014	5.362,80	R\$
167	FCL-5054	ATEGO 1726 4X4	CAMINHAO	2018	11.842,80	R\$
168	FCL-9166	L200	CAMINHONETE	2014	5.362,80	R\$
169	FCN-5647	L200	CAMINHONETE	2014	5.362,80	R\$
170	FCO-5709	ATEGO 1726 4X4	CAMINHAO	2018	11.842,80	R\$
171	FFB-2664	ATEGO 1726 4X4	CAMINHAO	2018	11.842,80	R\$
172	FIG-3F96	JIMNY	AUTOMOVEL	2019	4.872,00	R\$
173	FIJ-1877	17.280 CRM 4X2	CAMINHAO	2017	14.515,20	R\$
174	FIV-3854	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.680,00	R\$
175	FIW-8214	ATEGO 1726 4X4	CAMINHAO	2018	11.842,80	R\$
176	FJG-9441	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.680,00	R\$
177	FJX-1054	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.680,00	R\$
178	FPG-7185	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.953,60	R\$
179	FPI-6G94	FRONTIER ATK 4X4	CAMINHONETE	2021	8.064,00	R\$
180	FPJ-8E25	TORO ENDURANCE	CAMINHONETE	2020	5.052,00	R\$
181	FQB-8912	HILUX	CAMINHONETE	2015	8.464,80	R\$
182	FQE-9268	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.680,00	R\$
183	FQJ-6248	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.680,00	R\$
184	FQP-7F93	TORO ENDURANCE	CAMINHONETE	2020	5.052,00	R\$
185	FSB-5846	HILUX	CAMINHONETE	2015	8.464,80	R\$
186	FSR-9352	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.680,00	R\$
187	FTB-4171	17.280 CRM 4X2	CAMINHAO	2017	14.515,20	R\$
188	FWC-2F84	FRONTIER ATK 4X4	CAMINHONETE	2021	8.064,00	R\$
189	FWT-3D84	TORO ENDURANCE	CAMINHONETE	2020	5.052,00	R\$
190	FXT-5886	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.680,00	R\$
191	FZL-7610	HILUX	CAMINHONETE	2015	8.464,80	R\$
192	GBK-0655	DUSTER	AUTOMOVEL	2015	3.477,60	R\$
193	GBX-2958	ATEGO 1726 4X4	CAMINHAO	2018	11.842,80	R\$
194	GFE-4E26	FRONTIER ATK 4X4	CAMINHONETE	2021	8.064,00	R\$
195	GGR-2H35	FRONTIER ATK 4X4	CAMINHONETE	2021	8.064,00	R\$
196	GHE-6699	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.680,00	R\$
197	GII-4355	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.680,00	R\$
198	GIM-8732	17.280 CRM 4X2 - PLATAFORMA	CAMINHAO	2017	14.515,20	R\$
199	GIV-3I75	FRONTIER ATK 4X4	CAMINHONETE	2021	8.064,00	R\$

200	GJD-7057	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.680,00	R\$
201	GJN-9061	HILUX CDLOWM4FD	CAMINHONETE	2018	10.680,00	R\$
202	GJR-7E61	FRONTIER ATK 4X4	CAMINHONETE	2021	8.064,00	R\$
203	PBI-7498	ETIOS HB X STD MT	AUTOMOVEL	2018	2.377,20	R\$
204	PBL-5340	DUSTER EXP16 SCE	AUTOMOVEL	2018	3.477,60	R\$
205	PBL-5341	DUSTER EXP16 SCE	AUTOMOVEL	2018	3.477,60	R\$
206	PBL-5342	DUSTER EXP16 SCE	AUTOMOVEL	2018	3.477,60	R\$
207	REF-2I00	JUMPER EUROLAF	MICROONIBUS	2020	12.296,40	R\$
208	DJL-8915	PALIO WEEKEND	AUTOMOVEL	2012	2.794,80	R\$
209	DJL-8916	PALIO WEEKEND	AUTOMOVEL	2012	2.794,80	R\$
210	DJL-8917	PALIO WEEKEND	AUTOMOVEL	2012	2.794,80	R\$
211	DJL-8931	PALIO WEEKEND	AUTOMOVEL	2012	2.794,80	R\$
212	DJM-2511	DUSTER DYNAMIQUE	AUTOMOVEL	2012	3.477,60	R\$
213	DJM-2737	L200 TRITON 3.2	CAMINHONETE	2012	5.362,80	R\$
214	DJM-3265	DUSTER DYNAMIQUE	AUTOMOVEL	2014	3.477,60	R\$
215	DJM-3C47	DUSTER DYNAMIQUE	AUTOMOVEL	2013	3.477,60	R\$
216	DJM-9833	PALIO WEEKEND	AUTOMOVEL	2013	2.794,80	R\$
217	DJM-9842	PALIO WEEKEND	AUTOMOVEL	2013	2.794,80	R\$
218	DJM-9847	PALIO WEEKEND	AUTOMOVEL	2013	2.794,80	R\$
219	DMK-2251	RANGER 4X4	CAMINHONETE	2008	4.621,20	R\$
220	FAP-6B05	DUSTER DYNAMIQUE	AUTOMOVEL	2013	3.477,60	R\$
221	FCX-1384	PALIO WEEKEND	AUTOMOVEL	2015	2.794,80	R\$
222	FDR-2I94	DUSTER DYNAMIQUE	AUTOMOVEL	2014	3.477,60	R\$
223	FDS-3C90	DUSTER DYNAMIQUE	AUTOMOVEL	2014	3.477,60	R\$
224	FDX-7796	PALIO WEEKEND	AUTOMOVEL	2015	2.794,80	R\$
225	FFL-2F98	DUSTER DYNAMIQUE	AUTOMOVEL	2014	3.477,60	R\$
226	FIG-3609	DUSTER DYNAMIQUE	AUTOMOVEL	2014	3.477,60	R\$
227	FNN-8985	PALIO WEEKEND	AUTOMOVEL	2015	2.794,80	R\$
228	FSD-4271	DUSTER DYNAMIQUE	AUTOMOVEL	2013	3.477,60	R\$
229	FTJ-0973	DUSTER DYNAMIQUE	AUTOMOVEL	2014	3.477,60	R\$
230	FVK-3B55	DUSTER DYNAMIQUE	AUTOMOVEL	2014	3.477,60	R\$
231	FZV-3059	DUSTER DYNAMIQUE	AUTOMOVEL	2014	3.477,60	R\$
232	DJL-8903	PALIO WEEKEND	AUTOMOVEL	2012	2.794,80	R\$
233	FDD-3669	L200 TRITON 3.2	CAMINHONETE	2014	5.362,80	R\$
234	DJM-3498	ECOSPORT	CAMINHONETE	2013	3.002,40	R\$
235	FDW-5I30	DUSTER DYNAMIQUE	AUTOMOVEL	2015	3.477,60	R\$
236	FON-6628	PALIO WEEKEND	AUTOMOVEL	2015	2.794,80	R\$
237	DJL-8758	VAN	MICROONIBUS	2012	6.320,40	R\$
238	DJL-8897	PALIO WEEKEND ADV	AUTOMOVEL	2012	2.794,80	R\$

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO IV.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da [Constituição Estadual](#); e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV.2

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE NEPOTISMO (MODELO)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, em cumprimento ao disposto no art. 7º do Decreto no 7.203/2010 e no inciso IV do artigo 5º da Portaria ME no 1.144, de 03/02/2021, que não possui relação familiar ou de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, com

agente público da Contratante que importe na prática de nepotismo.

DECLARO estar ciente das cominações legais (penais) as quais estou sujeito caso as informações prestadas nesta declaração não sejam verdadeiras.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV.3

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/

2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022, tais como:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV.4

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.3. DO EDITAL.

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____,

DECLARO, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV.5

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA AS
CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007**
(em papel timbrado da licitante)

**ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR
LICITANTES QUE SEJAM COOPERATIVAS, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.5 DO
EDITAL.**

Eu, _____, portador do CPF nº _____,
representante legal do licitante _____ (nome empresarial),
interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO,
sob as penas da Lei, que:

- a) O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- b) A cooperativa aufere Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

Termo de Referência 80/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
80/2024	261101-ESP-FUND.P/CONSERV.PROD. FLORESTAL DO EST.SP	DEBORA FANTATO SILVA RODRIGUES	25/06/2024 09:58 (v 10.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		262.00004982 /2024-21

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
- 1.1. Contratação de serviços de seguro compreensivo para 238 veículos oficiais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	Início Vigência	Período
1	Serviço de Seguro de Veículos - Automovel - Compreensivo	22764	Unidade	158	00:00 horas 16 /08/2024	12 meses
2				80	00:00 horas 01 /11/2024	09 meses e 16 dias
TOTAL				238		

1.
- 1.1.
- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. **O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses de acordo com o item 5, deste Termo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.**

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.

1.1. *A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.*

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.

1.1. *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.*

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

1.

1.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.*

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Garantia da contratação

1.

1.1. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

1.
- 1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

1.1.1. Início da execução do objeto, conforme abaixo:

Itens	Quantidade Veículos	Início Vigência
1	158	00:00 horas 16/08/2024
2	80	00:00 horas 01/11/2024

1.
- 1.1.

1.1.1. O seguro a ser contratado deverá atender a estas "condições Gerais do seguro", abrangendo, e relação a todos os veículos, as modalidades: Automóvel cobertura "compreensiva; (colisão, incêndio, vidros, alagamentos e roubo/furto)- "Responsabilidade civil Facultativa - Danos Materiais;," Responsabilidade Civil Facultativa- Danos Pessoais" , "Acidente Pessoal por Passageiro –APP" e "Assistência 24 horas" além de outros benefícios entre eles: guincho sem limite de quilometragem, assistência para falha mecânica, elétrica , chaveiro, troca de pneus, falta de combustível como segue;

1.1.2. Cobertura compreensiva: Colisão, Incêndio, Roubo/Furto e explosão, ainda resultantes de atos praticados de forma isolada e eventual de terceiros, 100% tabela IPC-FIPE, da data de abertura do sinistro;

1.1.3. Cobertura RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa) - Danos Materiais - R\$ 10 0.000,00 e Danos Corporais - R\$ 100.000,00;

1.1.4. Cobertura especial: : vidros, retrovisores, faróis, parabrisa e lanternas;

1.1.5. Assistência 24 (vinte e quatro) horas, guincho sem limite de quilometragem para atendimento em todo território nacional, inclusive no perímetro urbano da capital, com reboque disponível.

1.1.6. Morte acidental por passageiro: R\$50.000,00;

1.1.7. Invalidez permanente (por passageiro): R\$50,000,00;

1.1.8. Deverá ser considerada a perda total do veículo em caso de roubo, furto ou acidente, quanto o valor estimado para sua recuperação exceder a 75% (setenta e cinco por cento) do valor do mercado do veículo;

1.1.9. Franquia obrigatória;

1.1.10. Região tarifária São Paulo/SP;

1.1.11. Prazo de vigência do contrato: período de 12(doze) meses, conforme planilha de datas indicadas no item 11 e no ANEXO 1.

1.1.12. APP (por ocupante de cada veículo de R\$ 25.000,00;

1.1.13. Demais condições previstas nas Condições Gerais da Apólice de Seguro de Automóveis, integrante deste documento.

Localidades dos Veículos

1.
- 1.1. Locais indicados na planilha de veículos Anexo I

Rotinas a serem cumpridas

1.

1.1. *A execução contratual observará as rotinas abaixo:*

- 1.1.1. Executar **os serviços** conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 1.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 1.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 1.1.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 1.1.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 1.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017
- 1.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 1.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 1.1.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 1.1.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 1.1.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato
- 1.1.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 1.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 1.1.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

- 1.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 1.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 1.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 1.1.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 1.1.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

Materiais a serem disponibilizados

- 1.
 - 1.1. Não se aplica.
- 2. **VIGÊNCIA DO CONTRATO**
 - 2.1.
 - 2.1.1. *O período de vigência deverá ser de 12(doze) meses, a partir das datas indicadas abaixo:*

Itens	Quantidade	Inicio Vigência	Termino da Vigência	Período
1	158	00:00 horas 16/08/2024	00:00 horas 16/08/2025	12 meses
2	80	00:00 horas 01/11/2024	00:00 horas 16/08/2025	09 Meses e 16 Dias

PAGAMENTOS A TERCEIROS

- 2.3.
 - 2.3.1. *Os pagamentos das franquias deverão ser de responsabilidade da CONTRATADA, e reembolsadas pela CONTRATANTE por meio de depósito em conta no Banco do Brasil.*

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

1.

1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

1.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

1.

1.1. A Contratada designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

1.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da Contratada, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

1.

1.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

1.

1.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

1.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

1.3. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pela contratada (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

1.4. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

1.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º);

1.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

Fiscalização Administrativa

1.

1.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

1.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

1.3. Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

1.

1.1. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º).

1.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

1.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

1.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

1.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

1.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

1.

1.1. *Não se aplica*

Liquidação

1.

1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

1.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

1.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

1.3.1. o prazo de validade;

1.3.2. a data da emissão;

1.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

1.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

1.3.5. o valor a pagar; e

1.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

1.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

1.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

1.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

1.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

1.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

1.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

1.

1.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

1.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

1.

1.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

1.1.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

1.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

1.3. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

1.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

1.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: tendo em vista as características do objeto é vedada a participação de pessoa física;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal /Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor);

8.22.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

Qualificação Técnica

8.23. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.23.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.23.1.1. Prestação de serviço de seguro compreensivo para no mínimo 140 Veículos;

8.23.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.23.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.23.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

8.24. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.25. Consórcio: Diante da peculiaridade da contratação não será admitida a participação em consórcio.

9. Estimativas do Valor da Contratação

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado é sigiloso para essa contratação.

O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- . 1.
- 1.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.*
- 1.2. *No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:*
- I. 2. Gestão/Unidade: Gerência Administrativa/Setor de Frotas;
- II. 3. Fonte de Recursos: POA;
- III. 4. Elemento de Despesa: 339039;

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MANOELA DE ARAUJO SILVA RODRIGUEZ GARCIA

Encarregada Setor de Frotas

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 7. Lista de Veiculos - ANEXO 1_com franquia.xlsx (46.38 KB)

Seq	Placa	Marca	Modelo	Tipo	Localização	Endereço	Ano	Combustível	Chassi	Renavam	Valor Franquia	INICIO SEGURO	TERMINO SEGURO
1	AJH-2625	VW	GOL 1.6	AUTOMOVEL	PE RIO TURVO	Avenida Wild José de Souza, Nº456 - 2º Andar - Bloco A, Vila Turvy - Registro, SP - CEP: 11900-000	2011	FLEX	98WAB05JCPC84214	341415545	2.462,40	16/08/2024	16/09/2025
2	BLE-6233	MITSUBISHI	L200 - TRITON SPT GL	CAMINHONETE	PESM - NÚCLEO PADRE DÓRIA	Rua Affonso José Luiz de Carvalho, 500, Centro - São Leopoldo - SP - CEP: 08970-000	2018	DIESEL	94XJLKLTK17053	1177143701	7.696,80	16/08/2024	16/09/2025
3	BMK-2734	GM	MONTANA L5	AUTOMOVEL	PE RESTINGA DA BERTOGA	Avenida Hemenes Costabile, nº 114, Jardim Velours, Bertoga - SP - CEP: 11250-000	2019	FLEX	96GCA803K9188451	1190400217	2.635,20	16/08/2024	16/09/2025
4	BMR-9253	GM	MONTANA L5	AUTOMOVEL	PE XXIVÁ-JAPUI	Av Saturnino de Brito s/nº - Bairro: Parque Piratiba-São Vicente/SP - CEP:11325-010	2019	FLEX	96GCA803K9188167	1190400240	2.635,20	16/08/2024	16/09/2025
5	BQU-6428	GM	MONTANA L5	AUTOMOVEL	PE ELHA DO CARDOSO	Av Vladimir Bernard, s/nº - Morro São João - Caraneta - SP - CEP: 11950-000	2019	FLEX	96GCA803K9193637	1190400220	2.635,20	16/08/2024	16/09/2025
6	BRT-9181	TOYOTA	HILUX COLDFMFD	CAMINHONETE	EX ITRAPANA	Rua 8, s/nº - Vila Santa Cruz, ITRAPANA - SP - CEP: 18330-000	2018	DIESEL	94JDMC0K1679561	117718802	10.953,60	16/08/2024	16/09/2025
7	BZ2-3913	M-BENZ	709	CAMIMHAO	EEC ASSIS	Estrada Assis-Luiza, km 09, Zona Rural - ASSIS - SP - CEP: 18802-300	1995	DIESEL	96M801925806746	633797614	4.292,80	01/11/2024	16/09/2025
8	BZ2-4039	VW	7.100	CAMIMHAO	PE CAMPINA DO ENCANTADO	Rua Santo Salete, 262 - Centro - Pariqueira Açu - SP - CEP: 11930-000	1995	DIESEL	96WV7AP505869632	633601250	3.699,60	01/11/2024	16/09/2025
9	BZ2-4259	VW	XOUBI	CAMIMHAO	EEC PARAGUAQU PAULISTA	Rodovia SP-421, km 49, Zona Rural - PARAGUAQU PAULISTA - SP - CEP: 19700-000	1995	GASOLINA	96WV22231SP070326	63401483	2.572,80	01/11/2024	16/09/2025
10	BZ2-4874	VW	12.140 H	CAMIMHAO	EX ITRAPANA	Av. Indeiro Alpha, Santiago, 364 - Apai - SP - CEP: 18320-000	1995	DIESEL	96WV7ACM1S080416	644784717	3.699,60	01/11/2024	16/09/2025
11	BZ2-4974	VW	7.100	CAMIMHAO	EX MOGI-GUAÇU	Rua Joaquim Cipriano de Carvalho, s/nº Marinho Prado Junior, Mogi-Guaçu - SP - CEP: 13855-000	1995	DIESEL	96WV7AP505861056	64743930	3.699,60	01/11/2024	16/09/2025
12	BZ2-5847	TOYOTA	BANDERANTE	CAMIMHAO	EX ITRAPANA	Rua Miguel Segundo Lessa, s/nº Parque Industrial - Franco da Rocha - SP - CEP: 07859-390	1995	DIESEL	96R5J000551007327	65058757	3.901,20	01/11/2024	16/09/2025
13	SV5-2919	GM	DAO CUSTOM	CAMIMHAO	EX ITRAPANA	Rua 8, s/nº - Vila Santa Cruz, ITRAPANA - SP - CEP: 18330-000	1989	DIESEL	96G44NWC0033478	423800562	2.739,80	01/11/2024	16/09/2025
14	SV5-8857	GM	CHEVROLET	CAMIMHAO	EX MOGI-GUAÇU	Rua Joaquim Cipriano de Carvalho, s/nº Marinho Prado Junior, Mogi-Guaçu - SP - CEP: 13855-000	1995	DIESEL	96WV7AP505861056	65058757	3.901,20	01/11/2024	16/09/2025
15	BZ2-5215	M-BENZ	3100 SPINTER	MICRONIBUS	PESM - NÚCLEO CUNHA	Estrada Municipal do Bairro Paratiba Km 20 - Cunha - SP - CEP: 12530-000	1997	DIESEL	94C030M1A1512347	355060071	13.146,40	01/11/2024	16/09/2025
16	BZ2-5219	FORD	F1000 4X4 TURBO XL	CAMINHONETE	PE MANHANGAS DE CAMPOS DO JORDÃO	Av. Pedro Paulo, s/nº, Campos do Jordão - SP - CEP: 12460-000	1997	DIESEL	96R7FT76P0806005	65062513	3.576,00	01/11/2024	16/09/2025
17	BZ2-5227	FORD	F4000 2X4 TURBO 45T	CAMIMHAO	EX ITRAPANA	Rodovia SP-421, km 49, Zona Rural - PARAGUAQU PAULISTA - SP - CEP: 19700-000	1997	DIESEL	96R7JLJL02P0806771	650624729	5.026,80	01/11/2024	16/09/2025
18	BZ2-6074	GM	DAO RANGER	CAMIMHAO	EEC PARAGUAQU PAULISTA	Rodovia SP-421, km 49, Zona Rural - PARAGUAQU PAULISTA - SP - CEP: 19700-000	1998	DIESEL	96G44NWC0033461	64146436	2.739,80	01/11/2024	16/09/2025
19	BZ2-6513	GM	DAO CUSTOM	CAMINHONETE	PE PARANAPANEMA	Rodovia Raposo Tavares, km 244 - estr. municipal rural para Bui, km 6, Parapanema - SP CEP: 18701-000	1998	DIESEL	94F81131WJ066813	708730170	4.621,20	01/11/2024	16/09/2025
20	BZ2-6612	GM	NEVOLETA DO CUSTO	CAMIMHAO	EEC LUIZ ANTONIO	Rua Americo de Araújo Pires, s/nº - Fazenda - Luiz Antonio - SP - CEP: 14210-000	1989	DIESEL	96G44NWC0033195	63260735	2.739,80	01/11/2024	16/09/2025
21	BWV-9911	GM	MONTANA L5	AUTOMOVEL	ROS DESPREMADO	Estrada do Guarani Nº 4164 - Bairro Guarani - Pôrto - SP - CEP: 11759-000	2019	FLEX	96GCA803K9194301	1190400101	2.635,20	16/09/2024	16/09/2025
22	BZ2-9814	GM	MONTANA L5	AUTOMOVEL	PE MARINHO DA LAJE DE SANTOS	Av Liguiriquia nº 1009 Bairro Japui - São Vicente/SP - CEP:11325-000	2019	FLEX	96GCA803K9194301	1190400101	2.635,20	16/09/2024	16/09/2025
23	BZF-5862	NISSAN	FRONTER ATX 4X4	CAMINHONETE	EEC VALINHOS	Avenida Santa Inês, 2014 - Jardim Pêi - São Paulo - SP - CEP: 02631-000	2012	DIESEL	94N803339A107788	187615275	8.054,00	16/08/2024	16/09/2025
24	CDV-1144	LAND ROVER	DEFENDER 90 CSW	CAMINHONETE	PE JUQUERY	Rua Miguel Segundo Lessa, s/nº Parque Industrial - Franco da Rocha - SP - CEP: 07859-390	2001	DIESEL	93RLD7E91T040569	77573600	6.771,60	01/11/2024	16/09/2025
25	CDV-1314	MITSUBISHI	L200 4x4 L	CAMINHONETE	PE MANDURI	Rua do Horto, s/nº - Horto Florestal - Manduri - SP - CEP: 18.870-000	2001	DIESEL	93RLD7E91T040569	77573600	6.771,60	01/11/2024	16/09/2025
26	CDV-1814	GM	S10 2.8 D 4X4	CAMINHONETE	PESM - NÚCLEO SANTA VIRGINIA	Rodovia Dr. Oswald Cruz, km 7 - Fazenda Jalei - Alz. da Serra - São Luis do Paraitinga - SP - CEP: 12.140-000	2000	DIESEL	96G138C0YC0433564	78068974	3.924,00	01/11/2024	16/09/2025
27	CDV-1815	GM	S10 2.8 D 4X4	CAMINHONETE	EEC JATAI	Estrada Las Antillas, km 3 - Fazenda Jalei - Luiz Antonio - SP - CEP: 14210-000	2000	DIESEL	96G138C0YC0433564	78068974	3.924,00	01/11/2024	16/09/2025
28	CDV-2508	VW	13150 - CARROCERIA	CAMIMHAO	GERÊNCIA ADMINISTRATIVA - GA	Estrada Municipal do Bairro Paratiba Km 20 - Cunha - SP - CEP: 12530-000	2000	DIESEL	96WV22231SP070326	64743930	5.941,20	01/11/2024	16/09/2025
29	CFZ-5671	TOYOTA	HILUX COLDFMFD	CAMINHONETE	PE INTERVALES	Av. Professor Frederico Hermann Jr. nº 345 - Pôrto de São - SP - CEP: 18315-000	2018	DIESEL	94JDMC0K1679561	1177188101	10.953,60	16/08/2024	16/09/2025
30	CJH-5857	NISSAN	FRONTER ATX 4X4	CAMINHONETE	PE MANDURI	Est. Municipal Km 25, Bairro Intervales - Ribeirão Grande - SP - CEP: 18315-000	2001	DIESEL	94N803339A107788	187615275	8.054,00	16/08/2024	16/09/2025
31	DMV-0126	VW	13.180	CAMIMHAO	PE MANDURI	Rua do Horto, s/nº - Horto Florestal - Manduri - SP - CEP: 18.870-000	2002	DIESEL	96WV7E233P070326	78225131	5.941,20	01/11/2024	16/09/2025
32	DMV-0168	FORD	RANGER XL 13F	CAMINHONETE	PE CARLOS BOTELHO	Rodovia SP 139, Km 78,5 - Abateigã - São Miguel Arcanjo - SP - CEP: 18230-000	2002	DIESEL	94F81131WJ066813	78195868	4.621,20	01/11/2024	16/09/2025
33	DMV-0195	MITSUBISHI	L200 4x4 L	CAMINHONETE	PE ANCIUTABA	Estrada Vicinal João Ciraco Ramalho - Km 6, Conquista - Angatuba - SP - CEP: 18200-000	2002	DIESEL	93RLD7E91T040569	78164137	5.362,80	01/11/2024	16/09/2025
34	DMV-0202	MITSUBISHI	L200 4x4 L	CAMINHONETE	PE JUQUERY	Rua Miguel Segundo Lessa, s/nº Parque Industrial - Franco da Rocha - SP - CEP: 07859-390	2002	DIESEL	93RLD7E91T040569	78164540	5.362,80	01/11/2024	16/09/2025
35	DMV-0454	MITSUBISHI	L200 4x4 L	CAMINHONETE	PESM - NÚCLEO CUNHA	Estrada Municipal do Bairro Paratiba Km 20 - Cunha - SP - CEP: 12530-000	2002	DIESEL	93RLD7E91T040569	788832886	5.362,80	01/11/2024	16/09/2025
36	DMV-1442	VW	13.180	CAMIMHAO	PE RIO TURVO	Avenida Wild José de Souza, Nº456 - 2º Andar - Bloco A, Vila Turvy - Registro, SP - CEP: 11900-000	2003	DIESEL	96WV7E233P070326	78115880	5.941,20	01/11/2024	16/09/2025
37	DMV-3551	MITSUBISHI	L200 4x4 L	CAMINHONETE	PE CARLOS BOTELHO	Rodovia SP 139, Km 78,5 - Abateigã - São Miguel Arcanjo - SP - CEP: 18230-000	2004	DIESEL	93RLD7E91T040569	78378033	5.362,80	01/11/2024	16/09/2025
38	DMV-3552	MITSUBISHI	L200 4x4 L	CAMINHONETE	EEC SANTA MARIA	Rodovia Capitão José Luiz de Oliveira e Silva, km 11,5 - SÃO SMOA/SP - CEP: 14200-000	2004	DIESEL	93RLD7E91T040569	78378033	5.362,80	01/11/2024	16/09/2025
39	DMV-3552	PEUGEOT	BOXER 16 LG	MICRONIBUS	GERÊNCIA DO ALTO PARANAPANEMA	Avenida Wild José de Souza, Nº456 - 2º Andar - Bloco A, Vila Turvy - Registro, SP - CEP: 11900-000	2004	DIESEL	93RLD7E91T040569	78378033	5.362,80	01/11/2024	16/09/2025
40	DMV-3556	VW	SAVERO 1.6	AUTOMOVEL	PE CAVERNA DO DIABO	Av Marchetti Castello Branco, 773 - Centro - Eldorado - SP - CEP: 11960-000	2004	FLEX	96WV7E233P070326	78378033	4.196,40	01/11/2024	16/09/2025
41	DMV-3571	VW	PARATI 1.6 CITY	AUTOMOVEL	EEC JATAI	Av. Marçal Castello Branco, 773 - Centro - Eldorado - SP - CEP: 11960-000	2004	FLEX	96WV7E233P070326	78378033	4.196,40	01/11/2024	16/09/2025
42	DMV-3571	FORD	F1000 160	CAMIMHAO	PE CARLOS BOTELHO	Rodovia SP 139, Km 78,5 - Abateigã - São Miguel Arcanjo - SP - CEP: 18230-000	2004	DIESEL	96WV7E233P070326	78378033	5.362,80	01/11/2024	16/09/2025
43	DMV-3584	VW	13.180	CAMIMHAO	PE TURÍSTICO DO ALTO RIBEIRA	Av. Indeiro Alpha, Santiago, 364 - Apai - SP - CEP: 18320-000	2005	DIESEL	96WV7E233P070326	78378033	5.362,80	01/11/2024	16/09/2025
44	DMV-4001	MITSUBISHI	L200 4x4 GL	CAMINHONETE	EX MOGI-GUAÇU	Rua Joaquim Cipriano de Carvalho, s/nº Marinho Prado Junior, Mogi-Guaçu - SP - CEP: 13855-000	2005	DIESEL	93RLD7E91T040569	78378033	5.362,80	01/11/2024	16/09/2025
45	DMV-4001	MITSUBISHI	L200 4x4 GL	CAMINHONETE	PESM - NÚCLEO PINGUABÁ	Rua Dr. Esteves da Silva, nº510 - Centro, Ubatuba - SP - CEP: 11680-000	2018	DIESEL	94JDMC0K1679561	117718842	10.953,60	16/08/2024	16/09/2025
46	DMV-4001	MITSUBISHI	L200 4x4 GL	CAMINHONETE	PE MORRO DO DIABO	SPV 28 - km 11 - Corrego Seco - Teodoro Sampaio - SP - CEP: 18230-000	2018	DIESEL	94JDMC0K1679561	117718842	10.953,60	16/08/2024	16/09/2025
47	DMV-4001	MITSUBISHI	L200 4x4 GL	CAMINHONETE	PE MORRO DO DIABO	SPV 28 - km 11 - Corrego Seco - Teodoro Sampaio - SP - CEP: 18230-000	2018	DIESEL	94JDMC0K1679561	117718842	10.953,60	16/08/2024	16/09/2025
48	DMV-4001	MITSUBISHI	L200 4x4 GL	CAMINHONETE	PE MORRO DO DIABO	SPV 28 - km 11 - Corrego Seco - Teodoro Sampaio - SP - CEP: 18230-000	2018	DIESEL	94JDMC0K1679561	117718842	10.953,60	16/08/2024	16/09/2025
49	DMV-4001	MITSUBISHI	L200 4x4 GL	CAMINHONETE	PE MORRO DO DIABO	SPV 28 - km 11 - Corrego Seco - Teodoro Sampaio - SP - CEP: 18230-000	2018	DIESEL	94JDMC0K1679561	117718842	10.953,60	16/08/2024	16/09/2025
50	DMV-4001	MITSUBISHI	L200 4x4 GL	CAMINHONETE	PE MORRO DO DIABO	SPV 28 - km 11 - Corrego Seco - Teodoro Sampaio - SP - CEP: 18230-000	2018	DIESEL	94JDMC0K1679561	117718842	10.953,60	16/08/2024	16/09/2025
51	DMV-4001	MITSUBISHI	L200 4x4 GL	CAMINHONETE	PE MORRO DO DIABO	SPV 28 - km 11 - Corrego Seco - Teodoro Sampaio - SP - CEP: 18230-000	2018	DIESEL	94JDMC0K1679561	117718842	10.953,60	16/08/2024	16/09/2025
52	DMV-4001	MITSUBISHI	L200 4x4 GL	CAMINHONETE	PE MORRO DO DIABO	SPV 28 - km 11 - Corrego Seco - Teodoro Sampaio - SP - CEP: 18230-000	2018	DIESEL	94JDMC0K1679561	117718842	10.953,60	16/08/2024	16/09/2025
53	DMV-4001	MITSUBISHI	L200 4x4 GL	CAMINHONETE	PE MORRO DO DIABO	SPV 28 - km 11 - Corrego Seco - Teodoro Sampaio - SP - CEP: 18230-000	2018	DIESEL	94JDMC0K1679561	117718842	10.953,60	16/08/2024	16/09/2025
54	DMV-4001	MITSUBISHI	L200 4x4 GL	CAMINHONETE	PE MORRO DO DIABO	SPV 28 - km 11 - Corrego Seco - Teodoro Sampaio - SP - CEP: 18230-000	2018	DIESEL	94JDMC0K1679561	117718842	10.953,60	16/08/2024	16/09/2025
55	DMV-4001	MITSUBISHI	L200 4x4 GL	CAMINHONETE	PE MORRO DO DIABO	SPV 28 - km 11 - Corrego Seco - Teodoro Sampaio - SP - CEP: 18230-000	2018	DIESEL	94JDMC0K1679561	117718842	10.953,60	16/08/2024	16/09/2025
56	DMV-4001	MITSUBISHI	L200 4x4 GL	CAMINHONETE	PE MORRO DO DIABO	SPV 28 - km 11 - Corrego Seco - Teodoro Sampaio - SP - CEP: 18230-000	2018	DIESEL	94JDMC0K1679561	117718842	10.953,60	16/08/2024	16/09/2025
57	DMV-4001	MITSUBISHI	L200 4x4 GL	CAMINHONETE	PE MORRO DO DIABO	SPV 28 - km 11 - Corrego Seco - Teodoro Sampaio - SP - CEP: 18230-000	2018	DIESEL	94JDMC0K1679561	117718842	10.953,60	16/08/2024	16/09/2025
58	DMV-4001	MITSUBISHI	L200 4x4 GL	CAMINHONETE	PE MORRO DO DIABO	SPV 28 - km 11 - Corrego Seco - Teodoro Sampaio - SP - CEP: 18230-000	2018	DIESEL	94JDMC0K1679561	117718842	10.953,60	16/08/2024	16/09/2025
59	DMV-4001	MITSUBISHI	L200 4x4 GL	CAMINHONETE	PE MORRO DO DIABO	SPV 28 - km 11 - Corrego Seco - Teodoro Sampaio - SP - CEP: 18230-000	2018	DIESEL	94JDMC0K1679561	117718842	10.953,60	16/08/2024	16/09/2025
60	DMV-4001	MITSUBISHI	L200 4x4 GL	CAMINHONETE	PE MORRO DO DIABO	SPV 28 - km 11 - Corrego Seco - Teodoro Sampaio - SP - CEP: 18230-000	2018	DIESEL	94JDMC0K1679561	117718842	10.953,60	16/08/2024	16/09/2025
61	DMV-4001	MITSUBISHI	L200 4x4 GL	CAMINHONETE	PE MORRO DO DIABO	SPV 28 - km 11 - Corrego Seco - Teodoro Sampaio - SP - CEP: 18230-000	2018	DIESEL	94JDMC0K1679561	117718842	10.953,60	16/08/2024	16/09/2025
62	DMV-4001	MITSUBISHI	L200 4x4 GL	CAMINHONETE	PE MORRO DO DIABO	SPV 28 - km 11 - Corrego Seco - Teodoro Sampaio - SP - CEP: 18230-000	2018	DIESEL	94JDMC0K1679561	117718842	10.953,60	16/08/2024	16/09/2025
63	DMV-4001	MITSUBISHI	L200 4x4 GL	CAMINHONETE	PE MORRO DO DIABO	SP							

130	DUP-7700	FIAT	PÁLIO WEEKEND ADV	AUTOMÓVEL	PE MANAÍNAS DE CAMPOS DO JORDÃO	Avenida Professor Manoel César Ribeiro, 234 - Santa Cecília - Pindamonhangaba - SP, CEP 12411-010	2008	FLEX	9B017300T8A228703	866719093	2.794,80	01/1/2024	16/09/2025
131	DUP-7707	FIAT	PÁLIO WEEKEND ADV	AUTOMÓVEL	GERÊNCIA LITORAL NORTE	Rua Esteves da Silva, 510, Ubatuba/SP, CEP 11680-000	2008	FLEX	9B017300T8A229121	864374780	2.794,80	01/1/2024	16/09/2025
132	DUP-7719	FIAT	PÁLIO WEEKEND ADV	AUTOMÓVEL	EC BICATU	Avenida Centenário, 303, Piracicaba - SP CEP 13416-903	2008	FLEX	9B017300T8A229122	864374382	2.794,80	01/1/2024	16/09/2025
133	DUP-7750	FIAT	PÁLIO WEEKEND ADV	AUTOMÓVEL	PE CAMPOS DO JORDÃO	Av. Pedro Paulo, s/n, Campos do Jordão - SP, CEP 12400-000	2008	FLEX	9B017300T8A229174	864378496	2.794,80	01/1/2024	16/09/2025
134	DUP-7759	FIAT	PÁLIO WEEKEND ADV	AUTOMÓVEL	APA JUNDIAÍ	Av Brasil n. 2340 - Ed. CATI - n. 1 - B. A 2º Andar - Jd. Chapadão, Face Norte, Campinas/SP - CEP 13070-4	2008	FLEX	9B017300T8A229173	864378896	2.794,80	01/1/2024	16/09/2025
135	DUP-7764	FIAT	PÁLIO WEEKEND ADV	AUTOMÓVEL	PE CAVERNA DO DABO	Av. Marechal Castello Branco, 773 - Centro - Eldorado - SP, CEP: 11980-000	2008	FLEX	9B017300T8A229171	864378067	2.794,80	01/1/2024	16/09/2025
136	DUP-7786	FIAT	PÁLIO WEEKEND ADV	AUTOMÓVEL	PE LHAELBA	Av. Coronel João de Souza Negrão, nº115 - Vila Centro, Itabelândia/SP CEP 11630-000	2008	FLEX	9B017300T8A229878	866720490	2.794,80	01/1/2024	16/09/2025
137	DUP-7787	FIAT	PÁLIO WEEKEND ADV	AUTOMÓVEL	EC CAETETUS	Rodovia SP 331, km 186 - Gália - SP, CEP 17450-000	2008	FLEX	9B017300T8A229172	864378520	2.794,80	01/1/2024	16/09/2025
138	DUP-8024	VW	PARATI	AUTOMÓVEL	EC ITABERA	Rua Chico Menino, 346 - Santa Maria - Itabera - SP, CEP: 18440-000	2008	FLEX	9B017300T8A2291025	10675284	2.536,80	01/1/2024	16/09/2025
139	DUP-8532	FORD	RANGER	CAMINHONETE	EC ITAPEVA	Rodovia SP 258 - km 511 - Engenheiro Manoel - Itapeva - SP, CEP: 18440-000	2008	DIESEL	9AFER13P9A205335	11252503	4.621,20	01/1/2024	16/09/2025
130	DUP-8534	FORD	RANGER	CAMINHONETE	PE INTERVALES	Estrada Municipal Km 25, Bairro Intervales - Ribeirão Grande - SP, CEP: 18315-000	2008	DIESEL	9AFER13P9A205334	11252507	4.621,20	01/1/2024	16/09/2025
131	DUP-8538	FORD	RANGER	CAMINHONETE	PESM - NÚCLEO CUNHA	Estrada Municipal do Bairro Península Km 20 - Cunha - SP, CEP: 12530-000	2008	DIESEL	9AFER13P9A205340	110117843	4.621,20	01/1/2024	16/09/2025
132	DUP-8539	FORD	RANGER	CAMINHONETE	PE RIO TURVO	Avenida Wild José de Souza, Nº456 - 2º Andar - Bloco A, Vila Turvy - Registro, SP, CEP: 11900-000	2008	DIESEL	9AFER13P9A205347	110118114	4.621,20	01/1/2024	16/09/2025
133	DUP-8540	FORD	RANGER	CAMINHONETE	PE TURÍSTICO DO ALTO RIBEIRA	Av. Idelfonso Azeiteiro, 364 - Apiaí - SP, CEP: 18320-000	2008	DIESEL	9AFER13P9A205362	110128115	4.621,20	01/1/2024	16/09/2025
134	DUP-8624	VW	15.180 EUROS WORKIE	CAMINHÃO	SEX ITRAPINA	Rua 8, s/n - Vila Santa Cruz, ITRAPINA - SP, CEP: 13630-000	2008	DIESEL	9B01W172S3X9R91312	11754447	6.447,80	01/1/2024	16/09/2025
135	DUP-4203	NISSAN	FRONTIER ATX 4x4	CAMINHONETE	SEX MOGI-GUAÇU	Rua Joaquim Cipriano de Carvalho, s/nº, Martinho Prado Junior, Mogi-Guaçu - SP, CEP: 13855-000	2021	DIESEL	9ABN033B9A1057433	128761593	8.064,00	01/1/2024	16/09/2025
136	DUP-4623	VW	GO	AUTOMÓVEL	PEM - NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA	Rodovia Dr. Osvaldo Cruz, km 78 +300 metros- Alto da Serra - São Luís do Paraitinga - SP CEP-12.140-00	2018	FLEX	9B01W4430K7V05328	117647081	2.536,80	01/1/2024	16/09/2025
137	DUP-5200	NISSAN	FRONTIER ATX 4x4	CAMINHONETE	PE CARLOS BOTELHO	Rodovia SP 139, Km 78,5 - Abatinga - São Miguel Arcanjo - SP, CEP: 18230-000	2021	DIESEL	9ABN033B9A1088607	128762587	8.064,00	01/1/2024	16/09/2025
138	DUP-3465	VW	KOMBI	CAMINHONETE	PE PORTO FERREIRA	Rod. SP-215 Km 89 - Porto Ferreira - SP, CEP: 13680-000	2005	ALCOOL	9B01W08071X9P00462	861711580	2.701,20	01/1/2024	16/09/2025
139	DUP-2712	TOYOTA	HILUX CDOLOWMFD	CAMINHONETE	EC JURÉIA/TATINS	Estrada do Guarani Nº 4164 - Bairro Guarani - Perubí - SP, CEP: 11750-000	2018	DIESEL	9ABN033B9A1078572	117718937	10.953,60	01/1/2024	16/09/2025
140	DUP-8883	TOYOTA	HILUX CDOLOWMFD	CAMINHONETE	PE LHAELBA	Praga Coronel João de Souza Negrão, nº115 - Vila Centro, Itabelândia/SP CEP 11630-000	2018	DIESEL	9ABN033B9A1078183	117718814	10.953,60	01/1/2024	16/09/2025
141	DUP-5886	TOYOTA	HILUX CDOLOWMFD	CAMINHONETE	PESM - NÚCLEO ITUTINGA PLOES	Estrada Elias Zanzur, Km 8 - Cubatão/SP CEP 11548-000	2018	DIESEL	9ABN033B9A1078566	117718937	10.953,60	01/1/2024	16/09/2025
142	DUP-7386	TOYOTA	HILUX CDOLOWMFD	CAMINHONETE	PE PRELADO	Praga Engenheiro Greenhalgh, 110 - Centro - Itapeva - SP, CEP: 11920-000	2018	DIESEL	9ABN033B9A1078562	117718866	10.953,60	01/1/2024	16/09/2025
143	DUP-9140	FORD	RANGER XLS 13P	CAMINHONETE	PE ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA	Rodovia SP 251, Km 18 - Fazenda Santana - Águas de Santa Bárbara - SP, CEP: 18.770-000	2006	DIESEL	9AFER13P97307247	910667199	4.621,20	01/1/2024	16/09/2025
144	DUP-0428	VW	KOMBI	CAMINHONETE	EC ASSIS	Estrada Assis-Luísia, km 09, Zona Rural - ASSIS - SP, CEP: 19002-300	2007	FLEX	9B01W0707X9P010907	940691191	2.536,80	01/1/2024	16/09/2025
145	DUP-1989	TOYOTA	HILUX CDOLOWMFD	CAMINHONETE	APA MARINHA DO LITORAL CENTRO	Estrada Henrique Costabile, nº 114, Jardim Veloso, Betonga - SP, CEP: 11250-000	2018	DIESEL	9ABN033B9A1078569	117718870	10.953,60	01/1/2024	16/09/2025
146	DUP-8586	NISSAN	FRONTIER ATX 4x4	CAMINHONETE	PE JURUPARA	Estrada Turística Cachoeira do Franga, 13,5km, Juíra - SP, CEP: 18150-000	2021	DIESEL	9ABN033B9A1097522	128761257	8.064,00	01/1/2024	16/09/2025
147	DUP-8228	VW	PARATI	AUTOMÓVEL	EC ITAPEPI	Av. Joaquim Pereira de Carvalho, nº 1159 - Bairro Vila Fria - Mogi das Cruzes/SP, CEP 08770-470	2009	FLEX	9B01W0805W9P11767	12601594	2.536,80	01/1/2024	16/09/2025
148	DUP-4986	GM	CORSA HATCH	AUTOMÓVEL	PEM - NÚCLEO JATINS	Estrada do Guarani Nº 4164 - Bairro Guarani - Perubí - SP, CEP: 11750-000	2009	FLEX	9B01W4430K7V05328	128198251	2.018,40	01/1/2024	16/09/2025
149	DUP-7106	VW	PARATI	AUTOMÓVEL	PE TURÍSTICO DO ALTO RIBEIRA	Av. Idelfonso Azeiteiro, 364 - Apiaí - SP, CEP: 18320-000	2008	FLEX	9B01W0805W9P02741	117255178	2.536,80	01/1/2024	16/09/2025
150	DUP-7541	FORD	RANGER XL 13P	CAMINHONETE	PE NOROESTE PAULISTA	Avenida Fernando Noroio, 1605 - Waldemar Verdi - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO SP - CEP: 15035-460	2009	DIESEL	9AFER13P9A207872	104514517	4.621,20	01/1/2024	16/09/2025
151	DUP-8105	FIAT	DUCATO	MICROONIBUS	RDS DESPRAADO	Estrada do Guarani Nº 4164 - Bairro Guarani - Perubí - SP, CEP: 11750-000	2009	DIESEL	93W2453A40A20362	93832563	5.107,20	01/1/2024	16/09/2025
152	DUP-8112	FIAT	STRADA	AUTOMÓVEL	APA OLIMBOS DO MÉDIO RIBEIRA	Avenida Wild José de Souza, Nº456 - 2º Andar - Bloco A, Vila Turvy - Registro, SP, CEP: 11900-000	2009	FLEX	9B0278A40D4715730	183351711	3.258,00	01/1/2024	16/09/2025
153	DUP-8114	FORD	FESTA	AUTOMÓVEL	PE AVAREÍ	Rua Pernambuco, s/n - Horto Florestal - Bairro Brás - I. Avanço/SP CEP 18.701-180	2009	FLEX	9B07755P9A489638	183444305	2.398,80	01/1/2024	16/09/2025
154	DUP-1C93	NISSAN	FRONTIER ATX 4x4	CAMINHONETE	PE AGUIAPEI	Rua Sete de Setembro, 1237 - Centro - Jurema - SP, CEP: 17800-000	2021	DIESEL	9ABN033B9A1081380	128762069	8.064,00	01/1/2024	16/09/2025
155	DUP-1B64	TOYOTA	HILUX CDOLOWMFD	CAMINHONETE	RDS BARRA DO UNA	Estrada do Guarani Nº 4164 - Bairro Guarani - Perubí - SP, CEP: 11750-000	2018	DIESEL	9ABN033B9A1078574	117718940	10.953,60	01/1/2024	16/09/2025
156	DUP-6362	TOYOTA	HILUX CDOLOWMFD	CAMINHONETE	PESM - NÚCLEO CUNHA	Estrada Municipal do Bairro Península Km 20 - Cunha - SP, CEP: 12530-000	2018	DIESEL	9ABN033B9A1078572	117718816	10.953,60	01/1/2024	16/09/2025
157	DUP-5572	VW	15.180 EUROS WORKIE	CAMINHÃO	PE MANDURI	Rua do Horto, s/n - Horto Florestal - Manduri - SP, CEP: 18.870-000	2009	DIESEL	9B01W172S19R30675	13068630	6.447,80	01/1/2024	16/09/2025
158	DUP-7616	TOYOTA	HILUX CDO4K	CAMINHONETE	EC ASSIS	Estrada Assis-Luísia, km 09, Zona Rural - ASSIS - SP, CEP: 19002-300	2009	DIESEL	9AFJ22G84M34112	12967329	8.113,20	01/1/2024	16/09/2025
159	DUP-3782	GM	MONTANA LS	CAMINHONETE	PE LHA ANCHIETA	Av. Píris de França, 85, Saco da Ribeira, Ubatuba/SP CEP 11680-000	2019	FLEX	9B02A030B195027	119304002	2.836,20	01/1/2024	16/09/2025
160	DUP-5672	TOYOTA	HILUX CDOLOWMFD	CAMINHONETE	PE NÚCLEO SANTA VIRGÍNIA	Rodovia Dr. Osvaldo Cruz, km 78 +300 metros- Alto da Serra - São Luís do Paraitinga - SP CEP-12.140-00	2018	DIESEL	9ABN033B9A1078529	117718854	10.953,60	01/1/2024	16/09/2025
161	DUP-6085	FORD	RANGER	CAMINHONETE	PE CANTAREIRA	Rua do Horto, s/n, 799 - Horto Florestal - São Paulo - SP, CEP: 02377-000	2011	DIESEL	9AFER13P4C147057	40624488	4.621,20	01/1/2024	16/09/2025
162	DUP-7094	TOYOTA	HILUX CDOLOWMFD	CAMINHONETE	PE PEDERNEIRAS	Rodovia Comand João Ribeiro de Barros (SP 256), km 213,5, Zona Rural - Pederneras - SP, CEP: 17280-4	2018	DIESEL	9ABN033B9A1078568	117718859	10.953,60	01/1/2024	16/09/2025
163	DUP-0275	TOYOTA	HILUX CDOLOWMFD	CAMINHONETE	PESM - NÚCLEO ITARIBU	Estrada do Caracol nº 410 - Bairro Caracol/Peço de Toledo/SP CEP 11790-000	2018	DIESEL	9ABN033B9A1078565	117718859	10.953,60	01/1/2024	16/09/2025
164	DUP-2518	VW	GO	AUTOMÓVEL	PESM - NÚCLEO ITUTINGA PLOES	Estrada Elias Zanzur, Km 8 - Cubatão/SP CEP 11548-000	2013	FLEX	9B01W4430K7V05328	145181671	2.619,80	01/1/2024	16/09/2025
165	DUP-3037	NISSAN	FRONTIER ATX 4x4	CAMINHONETE	GERÊNCIA INTERIOR CENTRO NORTE	Avenida Zangueira de Abreu, km 8,5 - Zona Rural - Santa Rita do Passa Quatro, SP - CEP 13670-000	2021	DIESEL	9ABN033B9A1097344	128761798	8.064,00	01/1/2024	16/09/2025
166	DUP-4728	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	PE LAGAMAR DE CANANÉIA	Av. Vladimir Bernard, s/n - Morro São João - Cananéia - SP, CEP: 11950-000	2014	FLEX	93FXR9B9TFC07010	103755842	5.362,80	01/1/2024	16/09/2025
167	DUP-5564	MENZ	ATEGO 1728 4x4	CAMINHÃO	PE JUQUERY	Rua Miguel Segundo Leraui, s/nº Parque Industrial - Franco da Rocha - SP, CEP: 07859-390	2018	DIESEL	9B01W08071X9P00462	112125567	11.842,80	01/1/2024	16/09/2025
168	DUP-9198	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	PE CAMPINA DO ENCANTADO	Rua Santa Sabia, 262 - Centro - Paripatanga - SP, CEP: 11930-000	2014	FLEX	93FXR9B9TFC07010	103755842	5.362,80	01/1/2024	16/09/2025
169	DUP-5641	MITSUBISHI	L200	CAMINHONETE	EC CHAUS	Praga Engenheiro Greenhalgh, 110 - Centro - Itapeva - SP, CEP: 11920-000	2014	FLEX	93FXR9B9TFC07010	103755842	5.362,80	01/1/2024	16/09/2025
170	DUP-6706	MENZ	ATEGO 1728 4x4	CAMINHÃO	EC JATAI	Rua de Luís Antônio, km 3 - Fazenda Jatai - Luiz Antônio - SP, CEP: 14210-000	2018	DIESEL	9B01W08071X9P00462	112125562	11.842,80	01/1/2024	16/09/2025
171	DUP-2664	MENZ	ATEGO 1728 4x4	CAMINHÃO	PE BATATAS	Rod. Cândido Portinari, km 347 - Horto Florestal - Batatas - SP, CEP: 14300-320	2018	DIESEL	9B01W08071X9P00462	112125605	11.842,80	01/1/2024	16/09/2025
172	DUP-3F98	SUZUKI	JIMMY	AUTOMÓVEL	PE RIO TURVO	Avenida Wild José de Souza, Nº456 - 2º Andar - Bloco A, Vila Turvy - Registro, SP, CEP: 11900-000	2019	GASOLINA	93XFX1B4VVC11351	1163116750	4.872,00	01/1/2024	16/09/2025
173	DUP-1877	VW	17.280 CRM 42	CAMINHÃO	EC JATAI	Rua de Luís Antônio, km 3 - Fazenda Jatai - Luiz Antônio - SP, CEP: 14210-000	2017	DIESEL	93S6S04J3R20394	115527013	14.515,20	01/1/2024	16/09/2025
174	DUP-3854	TOYOTA	HILUX CDOLOWMFD	CAMINHONETE	MONA ESTADUAL DA PEDRA GRANDE	Estrada Municipal, Jua Sanches 400 - Jd. Bogota - Atibaia - SP, CEP:12554-070	2018	DIESEL	9ABN033B9A1078540	114883891	10.680,00	01/1/2024	16/09/2025
175	DUP-4241	MENZ	ATEGO 1728 4x4	CAMINHÃO	PE CAMPOS DO JORDÃO	Av. Pedro Paulo, s/n, Campos do Jordão - SP, CEP 12400-000	2018	DIESEL	9B01W08071X9P00462	112125630	11.842,80	01/1/2024	16/09/2025
176	DUP-9441	TOYOTA	HILUX CDOLOWMFD	CAMINHONETE	PE ITABERABA	Estrada da Pedra Branca, km 9,5 Bairro Pedra Branca - Santa Isabel/SP, CEP 07500-000	2018	DIESEL	9ABN033B9A1078501	114884987	10.680,00	01/1/2024	16/09/2025
177	DUP-1054	TOYOTA	HILUX CDOLOWMFD	CAMINHONETE	PE JUQUERY	Rua Miguel Segundo Leraui, s/nº Parque Industrial - Franco da Rocha - SP, CEP: 07859-390	2018	DIESEL	9ABN033B9A1078504	114888091	10.680,00	01/1/2024	16/09/2025
178	DUP-7185	TOYOTA	HILUX CDOLOWMFD	CAMINHONETE	EC CAETETUS	Rodovia SP 331, km 186 - Gália - SP, CEP 17450-000	2018	DIESEL	9ABN033B9A1078575	117718907	10.953,60	01/1/2024	16/09/2025
179	DUP-8284	NISSAN	FRONTIER ATX 4x4	CAMINHONETE	EXE ITAPETINGA	Estr. Municipal Maestro Benedito Pompeu De Jesus - Km 9 - Barro Branco, Itapetinga - SP, CEP 18200-00	2021	DIESEL	9ABN033B9A1077856	126781294	8.064,00	01/1/2024	16/09/2025
180	DUP-7825	FIAT	TORO ENDURANCE	CAMINHONETE	GERÊNCIA METROPOLITANA	Av. Professor Frederico Hermann Jr, nº 345 - Pederneiras/SP	2020	DIESEL	9B02261NM0D71714	125475903	5.052,00	01/1/2024	16/09/2025
181	DUP-8081	TOYOTA	HILUX	CAMINHONETE	PE LHAELBA	Rua do Horto Florestal, nº1200 - Rio do Ouro, Caraguatatuba/SP CEP 11675-730	2015	FLEX	9AFJ22G84M34112	102042802	8.464,80	01/1/2024	16/09/2025
182	DUP-6268	TOYOTA	HILUX CDOLOWMFD	CAMINHONETE	EC JATAI	Rua de Luís Antônio, km 3 - Fazenda Jatai - Luiz Antônio - SP, CEP: 14210-000	2018	DIESEL	9ABN033B9A1078508	114885045	10.680,00	01/1/2024	16/09/2025
183	DUP-6248	TOYOTA	HILUX CDOLOWMFD	CAMINHONETE	PE JARAJÁ	Rua Antônio Carlos de Nogueira, nº539 - Vila Chica Luiza - São Paulo - SP, CEP: 05184-000	2						

Estudo Técnico Preliminar 76/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 262.00004982/2024-21

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa para a prestação de serviços de seguro automotivo, através de lote único, para 238 (duzentos e trinta e oito) veículos, abrangendo as modalidades: automóvel cobertura compreensiva - colisão, incêndio, roubo/furto- Danos Materiais, Danos corporais e EPP Acidente Pessoais de Passageiros (morte/invalidez e Assistência 24 horas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA	MANOELA DE ARAUJO GARCIA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação de um seguro compreensivo para os 238 veículos pertencentes à frota da Fundação Florestal é justificada pela necessidade de proteger o patrimônio da instituição, garantindo a segurança e a continuidade das operações de atendimento às demandas das áreas protegidas. Este tipo de seguro oferece cobertura em diversas situações, como acidentes, roubo, danos materiais e outros imprevistos que possam ocorrer durante o uso dos veículos. Além disso, a contratação desse seguro visa assegurar a integridade dos recursos da Fundação Florestal, permitindo que as atividades de conservação ambiental e atendimento às comunidades sejam realizadas de forma contínua e segura

5. Levantamento de Mercado

Para fins de orçamentação e análise de vantajosidade da solução, foi utilizado o orçamento de fornecedor.

De acordo com o art. 3, inciso II do Decreto nº 67.888, de 17 de agosto de 2023 que regulamenta o procedimento administrativo de definição do valor estimado para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo abrange a contratação do serviço de seguro veicular para a frota veicular da Fundação Florestal.

Para fins da execução dos serviços de seguro veicular, a seguradora deverá fornecer uma apólice que contemple as seguintes coberturas:

1.1 O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento dos passageiros e transporte do veículo até a oficina autorizada ou local adequado mais próximo do acidente, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro discriminados abaixo:

- Roubo ou furto total, bem como os danos causados pela tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros para-brisa, faróis, lanternas e retrovisores;
- Colisão, choque, abalroamento, capotamento ou derrapagem;
- Raios e suas consequências;
- Incêndio e explosão, ainda que resultante de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- Queda em precipício ou de ponte e queda de agentes externos sobre veículos;
- Acidente durante o transporte de veículo por meio apropriado;
- Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros;
- Responsabilidade Civil (RCF – (danos materiais e pessoais));
- APP (Acidente por Passageiro);
- Submersão total ou parcial em água doce ou marítima proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardados em subsolos;
- Granizo, furacão e terremotos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A relação dos veículos a serem contratados é apresentada no anexo 1, bem como o início da vigência do seguro;

Itens	Quantidade	Inicio Vigência	Termino da Vigência	Período
1	158	00:00 horas 16/08/2024	00:00 horas 16/08/2025	12 meses
2	80	00:00 horas 01/11/2024	00:00 horas 16/08/2025	09 Meses e 16 Dias

8. Estimativa do Valor da Contratação

O valor estimado desta contratação é sigiloso.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução não se mostra medida aplicável ao presente caso, posto que o serviço a ser contratado seja único, podendo ser prestado por qualquer seguradora, não havendo limitação de possibilidade de participação em função de se tratar de frota de veículos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Essa aquisição se alinha ao planejamento de compras da Fundação Florestal.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os resultados pretendidos para a contratação do seguro de veículos pela Fundação Florestal, órgão responsável pela administração das áreas protegidas, incluem:

1. Proteção do Patrimônio: Garantir a proteção e preservação dos veículos que compõem o patrimônio da Fundação Florestal, assegurando que eventuais danos ou perdas sejam cobertos, minimizando impactos financeiros para a instituição.
2. Continuidade das Operações: Assegurar que os veículos estejam protegidos contra imprevistos que possam afetar suas operações, permitindo que a Fundação Florestal mantenha suas atividades de conservação e administração das áreas protegidas sem interrupções significativas.
3. Segurança dos Colaboradores: Garantir a segurança dos colaboradores e demais envolvidos nas operações, proporcionando tranquilidade e suporte em caso de incidentes envolvendo os veículos.
4. Redução de Riscos Financeiros: Minimizar os riscos financeiros associados a danos, roubos ou outras eventualidades que possam afetar a frota de veículos, contribuindo para a estabilidade financeira da Fundação Florestal.

Esses são alguns dos resultados esperados com a contratação do seguro de veículos para a Fundação Florestal, visando garantir a eficiência e segurança das operações relacionadas à administração das áreas protegidas.

13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o objeto.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação não apresenta a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se VIÁVEL em termos de disponibilidade de mercado, consoante a legislação em vigor, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DEBORA FANTATO SILVA RODRIGUES

analista r. ambientais



Assinou eletronicamente em 18/06/2024 às 14:39:00.

**CONTRATO ADMINISTRATIVO FF N.º xxxxxxxxxxxxxxxx – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS–
PROCESSO FF N.º 262.00004982/2024-21 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º xxx/20xx.**

PARECER AJ N.º xxxxxxxxxxxx

Pelo presente instrumento, de um lado, a **FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**, com sede na Av. Professor Frederico Hermann Junior nº 345 – Prédio 12 – 1º andar - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP – CEP 05459-010 -, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 56.825.110/0001-47 neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) [Portaria/.....] nº, de de de 20..., publicado(a) no DOE de de de, [portador(a) da identificação funcional..... nº/inscrito(a) no CPF sob o nº..... (se ausente identificação funcional individualizada)], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../... **OU** da Concorrência Eletrônica nº .../..., mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços *de seguro compreensivo para 238 veículos oficiais.*, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE E TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Seguro de Veículos – Automóvel - Compreensivo	22764	Unidade	158		
2	Serviço de Seguro de Veículos – Automóvel - Compreensivo	22764	Unidade	80		

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de *empreitada por preço global*.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação será conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	INÍCIO VIGÊNCIA	TÉRMINO DA VIGÊNCIA	PERÍODO
1	Serviço de Seguro de Veículos - Automóvel - Compreensivo	22764	UNIDADE	158	00:00 horas 16/08/2024	00:00 horas 16/08/2025	12 MESES
2	Serviço de Seguro de Veículos - Automóvel - Compreensivo	22764	UNIDADE	80	00:00 horas 01/11/2024	00:00 horas 16/08/2025	09 meses e 16 dias

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s), mediante o recebimento dos originais da nota fiscal/fatura acompanhadas do respectivo arquivo em formato CSV, no Setor de Contratos da Fundação Florestal, no e-mail: recebimentonotas@fflorestal.sp.gov.br.

6.2. Os pagamentos serão realizados mediante depósito na conta corrente bancária em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil S/A, conta nº _____, Agência nº _____ de acordo com as seguintes condições:

I - em 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da nota fiscal/fatura, ou de sua reapresentação em caso de incorreções, na forma e local previstos nesta Cláusula;

II - A discriminação dos valores dos serviços deverá ser reproduzida na nota fiscal/fatura apresentada para efeito de pagamento.

6.3. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

6.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.5. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a ____/____/____ (DD/MM/AAAA).

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de *01 (um) mês* para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, não sendo admitida a prorrogação, por igual período, e excepcionalmente a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de *01 (um) mês*, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, não sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 67.301, de 2022.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de*

2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) **Multa**: *Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.*

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da

Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021,

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

- 13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:*
- II. Fonte de Recursos:*
- III. Programa de Trabalho:*
- IV. Elemento de Despesa:*

14.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em *01 (uma)* via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

**CONTRATO ADMINISTRATIVO FF N.º xxxxxxxxxxxxxxxx – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS–
PROCESSO FF N.º 262.00004982/2024-21 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º xxx/20xx.**

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

CONTRATO N°:

OBJETO:

1 Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Paulo, na data da assinatura digital.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF.

Assinatura: _____

**RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

Pela CONTRATADA:

Nome:

CPF:

Assinatura:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

GESTOR(ES)/FISCAL(IS) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

ASSESSORIA JURÍDICA:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

SETOR DE CONTRATOS

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

CADASTRO DO RESPONSÁVEL

CONTRATANTE: DE SÃO PAULO

CONTRATADA:

CONTRATO N°:

OBJETO:

ÓRGÃO OU ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Período de gestão:

Nome:

Cargo:

CPF:

Período de gestão:

RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO A REQUISIÇÕES DE DOCUMENTOS DO TCESP

Nome:

Cargo:

Endereço comercial:

E-mail institucional:

Telefone: (

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS

CONTRATANTE

CNPJ:

CONTRATADA:

CNPJ:

CONTRATO N°:

DATA DE ASSINATURA:

OBJETO:

VIGÊNCIA:

VALOR ATUALIZADO (R\$):

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Apresentamos a Vossa Excelência, nesta oportunidade, nossos protestos de elevada consideração e apreço.

São Paulo, na data da assinatura digital

Nome

Cargo

CPF.